



# Diário da Justiça

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 32

SEXTA-FEIRA, 14 DE FEVEREIRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

## Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	1153
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	1176
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	1177
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	1202
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR .....	1328
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO .....	1328
EDITAIS E AVISOS.....	1335

## Supremo Tribunal Federal

### Presidência

PORTARIA DE 13 DE FEVEREIRO DE 1992

O MINISTRO SYDNEY SANCHES, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, USANDO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ARTIGO 36, DO REGULAMENTO DA SECRETARIA, E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA DO PROCESSO 16.697-9,

R E S O L V E aposentar nos termos do artigo 40, item I da Constituição Federal, combinado com o artigo 186, item I § 1º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 a funcionária EUGENIA VITÓRIA RIBAS, Técnico Judiciário, Classe Especial, Código STF-AJ-021, Referência NS-25, do Quadro da Secretaria deste Tribunal, com a vantagem prevista no artigo 2º § 3º da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, na forma do artigo 8º da Lei nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989 e artigo 2º do Decreto-lei nº 1.746, de 27 de dezembro de 1979, observado o § 2º do artigo 3º do Decreto-lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 2.270, de 13 de março de 1985, alterado pelo artigo 10 do Decreto-lei nº 2.365, de 27 de outubro de 1987, modificado pela Lei nº 7.706, de 21 de dezembro de 1988 e o artigo 2º da Lei nº 7.753, de 14 de abril de 1989.

MINISTRO SYDNEY SANCHES

### Plenário

### Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 03 - Elaborada nos termos do art. 83 do Regimento Interno para julgamento a partir da próxima sessão, contendo os seguintes processos:

Ext 539-1 - EUA

Rel.: Min. Carlos Velloso. Repte.: Governo dos Estados Unidos da América (Adv.: Paulo Roberto Chaves Rolo). Extndo.: John Gregory Lambros (Adv.: Nélcio Roberto Seidl Machado e outro).

ADIn 672-0 - DF

Rel.: Min. Marco Aurélio. Repte.: Partido dos Trabalhadores (Adv.: José Pinto da Mota Filho e outros). Reqdos.: Presidente da República e Congresso Nacional.

RvCr 4.984-0 - DF  
Rel.: Min. Néri da Silveira. Rev.: Min. Octavio Gallotti. Repte.: Ismael Gomes da Silva. Reqda.: 2ª Turma do STF.

RE 132.747-2 - DF

Rel.: Min. Marco Aurélio. Recte.: Jackson Barreto de Lima (Adv.: Antônio Carlos Sigmaringa Seixas). Recda.: Procuradoria Regional Eleitoral.

Brasília, 12 de fevereiro de 1992.

LUIZ TOMIMATSU  
Secretário

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Ata da 1ª (primeira) sessão extraordinária, realizada em 03 de fevereiro de 1992.

Presidência do Senhor Ministro Sydney Sanches. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Octavio Gallotti, Célio Borja, Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence, Carlos Velloso, Marco Aurélio e Ilmar Galvão.

Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga.

Secretário, Luiz Tomimatsu.

Abriu-se a sessão às treze horas e trinta minutos, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

### COMUNICAÇÃO

O SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES (PRESIDENTE) - Ao mesmo tempo em que formulo votos de que os Srs. Ministros tenham gozado plenamente as férias e recuperado as energias para os trabalhos do ano, gostaria de comunicar que já se encontra à disposição de cada um o relatório dos serviços realizados pela Corte no ano de 1991.

Durante o recesso chegaram à Corte mais de mil processos. A notícia não é boa mas é preciso alertá-los.

Esclareço que amanhã teremos sessão ordinária da Primeira e Segunda Turmas e, também, distribuição ordinária de feitos. Na quarta-feira, sessão ordinária do Pleno e na quinta e sexta-feira, sessões extraordinárias. Também sessões administrativas nesses dias da semana, inclusive hoje, porque são vários os assuntos a tratar.

### Julgamentos

SS 341-1 - SC - (AgRg)

Rel.: Min. Sydney Sanches. Agtes.: Dalil Salil Mansur; Arnaldo Estevão Silva de Lima e outros; Adirson da Silva e outros; Renê Pires Machado e outros; Mário Nelson Alves, Adolfo Aguiar e outros (Adv.: Paulo Leonardo Medeiros Vieira, Sebastião da Silva Porto e outros). Agdo.: Estado de Santa Catarina (Adv.: Renato Kaldetz).

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi a diado pelo adiantado da hora. Plenário, 31.10.91.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi a diado pelo adiantado da hora. Plenário, 06.11.91.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi a diado pelo adiantado da hora. Plenário, 20.11.91.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi a diado pelo adiantado da hora. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Célio Borja e Paulo Brossard. Plenário, 19.12.91.

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal negou provimento aos agravos regimentais. Plenário, 03.02.92.



## ACOR 441-1 - DF

Rel.: Min. Moreira Alves. Autores: Pedro Leardi e outros (Adv.: Gildo Corrêa Ferraz). Réus: União Federal e Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Decisão: O Tribunal, por votação unânime, excluiu do processo o Estado do Pará, declarando, em consequência, sua incompetência para prosseguir no processo da ação indireta de desapropriação e determinando o retorno dos autos ao juízo de origem. Plenário, 03.02.92.

## Pet 505-8 - MG - (questão de ordem)

Rel.: Min. Néri da Silveira. Regtes.: Sacha Calmon Navarro Coelho e outros (Adv.: João Batista de Oliveira Rocha e outros). Reqda.: União Federal.

Decisão: Por maioria de votos, o Tribunal, resolvendo questão de ordem suscitada pelo Relator, declarou sua incompetência para o processo e julgamento do pedido e, em consequência, determinou a remessa dos autos à Seção Judiciária Federal do Estado de Minas Gerais, vencido o Ministro Marco Aurélio, que rejeitava a preliminar de incompetência. Votou o Presidente. Plenário, 03.02.92.

## AR 1.330-1 - SP

Rel.: Min. Octavio Gallotti. Revisor: Min. Paulo Brossard. Autor: Prefeitura Municipal de Sorocaba (Adv.: Haroldo Guilherme Vieira Fazano, Ulisses de Oliveira Lousada e outros). Réu: Banco Geral do Comércio S/A (Adv.: Eliane Silva di Bella e outros).

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Célio Borja e Paulo Brossard. Plenário, 19.12.91.

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal julgou improcedente a ação e condenou a autora ao pagamento de honorários advocatícios arbitrados em cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00), mais custas processuais. Votou o Presidente. Plenário, 03.02.92.

## MS 21.099-1 - PA

Rel.: Min. Célio Borja. Impte.: Associação dos Magistrados do Estado do Pará (Adv.: Judith de Souza Alves). Autoridades Coatoras: Governador do Estado do Pará, Secretário de Estado da Fazenda e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude da necessidade de ausentar-se o Relator, para presidir sessão do Tribunal Superior Eleitoral. Plenário, 19.12.91.

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal rejeitou as preliminares de ilegitimidade passiva do Presidente do Tribunal de Justiça e de inépcia da petição inicial e acolheu a de ilegitimidade passiva do Governador do Estado. Votou o Presidente. No mérito, por maioria de votos, o Tribunal deferiu o mandado de segurança, nos termos dos votos dos Ministros Ilmar Galvão, Marco Aurélio, Carlos Velloso, Sepúlveda Pertence, Néri da Silveira e Presidente; vencidos os Ministros Relator, Paulo Brossard, Octavio Gallotti e Moreira Alves, que o indeferiam. Votou o Presidente. Relator para o acórdão o Sr. Ministro Ilmar Galvão. Plenário, 03.02.92.

Brasília, 12 de fevereiro de 1992

LUIZ TOMIMATSU  
Secretário



## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional - IN

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF  
Telefones: PABX: (061) 321-5566 - Fax: (061) 225-2046  
Telex: (061) 1356  
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA  
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR  
Coordenador de Produção Industrial

## DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSÉ EDMAR GOMES - MIGUEL FELIX DOS ANJOS  
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Preços	Diário Oficial			Diário da Justiça	
	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 40.200,00	Cr\$ 10.200,00	Cr\$ 36.540,00	Cr\$ 40.750,00	Cr\$ 64.530,00
Portes:					
Superfície	Cr\$ 21.516,00	Cr\$ 10.560,00	Cr\$ 18.876,00	Cr\$ 21.516,00	Cr\$ 38.808,00
Aéreo	Cr\$ 61.380,00	Cr\$ 30.360,00	Cr\$ 61.380,00	Cr\$ 61.380,00	Cr\$ 110.880,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas - SEAVEN/DIVOM  
Telefone: (061) 321-5566 Ramais: 305/309/399/314/317/328/325  
Horário: 7:30 às 19:00 horas

## SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Ata da 57ª (quingüagésima sétima) sessão extraordinária, realizada em 19 de dezembro de 1991.

Presidência do Senhor Ministro Sydney Sanches. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Octavio Gallotti, Célio Borja, Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso, Marco Aurélio e Ilmar Galvão.

Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga.

Secretário, Luiz Tomimatsu.

Abriu-se a sessão às treze horas e trinta minutos, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

## Julgamentos

## ADIn 2-1 - DF

Rel.: Min. Paulo Brossard. Repte.: Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino - FENEN (Adv.: Roberto Geraldo de Paiva Dornas e outro). Reqdo.: Presidente da República.

Decisão: Por unanimidade o Tribunal reconheceu a legitimidade de ativa da autora. No mérito, após o voto do Sr. Ministro Relator que negava seguimento à Ação por considerar impossível juridicamente o pedido, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Sr. Ministro Celso de Mello. Plenário, 14.09.89.

Decisão: Anunciado o prosseguimento do julgamento, o Sr. Ministro Relator trouxe à consideração do Tribunal requerimento da autora, desistindo da Ação. Por unanimidade, o Tribunal indeferiu o pedido de desistência. Prosseguindo-se no julgamento, após os votos dos Srs. Ministros Relator e Celso de Mello, que não conheciam da Ação por impossibilidade jurídica do pedido, o julgamento foi adiado em razão do pedido de vista do Sr. Ministro Sepúlveda Pertence. Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Rezek. Plenário, 04.10.89.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Plenário, 01.7.91.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude da necessidade de ausentar-se o Relator para participar de Sessão do Tribunal Superior Eleitoral. Plenário, 19.12.91.

## ADIn 3-9 - DF

Rel.: Min. Moreira Alves. Repte.: Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Federal. Reqdo.: Presidente da República.

Decisão: Após o voto do Sr. Ministro-Relator não conhecendo da ação, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Sr. Ministro Marco Aurélio. afirmou impedimento o Sr. Ministro Sepúlveda Pertence por haver se manifestado sobre a matéria, quando Procurador-Geral da República. Plenário, 26.10.90.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Plenário, 01.7.91.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Célio Borja e Paulo Brossard. Plenário, 19.12.91.

## ADIn 7-1 - DF - questão de ordem

Rel.: Min. Celso de Mello. Repte.: Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC (Adv.: Pedro Paulo de Rezende Porto e outro). Reqdo.: Presidente da República.

Decisão: Após o voto do Sr. Ministro-Relator que não conhecia da Ação por impossibilidade jurídica do pedido, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Sr. Ministro Sepúlveda Pertence. Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Rezek. Plenário, 04.10.89.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Plenário, 01.7.91.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Célio Borja e Paulo Brossard. Plenário, 19.12.91.

## ADIn 8-0 - DF

Rel.: Min. Carlos Velloso. Repte.: Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais - ALANAC (Adv.: Miguel Reale Júnior, Marisa Schutzer Del Nero Polleti e outros). Reqdo.: Conselho Interministerial de Preços.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Plenário, 01.7.91.

Decisão: Por maioria de votos, o Tribunal conheceu da ação, vencidos os Ministros Relator e Ilmar Galvão, que dela não conheciam, por não se tratar de ato normativo. Votou o Presidente. Em seguida, o Relator indicou adiamento para o julgamento do mérito. Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Celso de Mello, Octavio Gallotti e Moreira Alves. Plenário, 12.9.91.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Célio Borja e Paulo Brossard. Plenário, 19.12.91.

## AOR 12-2 - SP

Rel.: Min. Sepúlveda Pertence. Autores: Luiz Roberto Pacheco Mercier e outros (Adv.: Marco Antonio Plens). Réu: Estado de São Paulo (Adv.: Celso Lourenção Vasconcellos de Oliveira).



ceio, além de não haver em sua composição a formação de um Colegiado, ferindo este procedimento o disposto no Art. 647 e ss., da CLT. Pede sejam declarados nulos de pleno direito todos os atos por ela praticados, uma vez que tal providência, apesar de solicitada junto a Presidência do TRT da 6ª Região, não obteve resposta.

O Requerido apresentou as informações solicitadas, conforme se constata do Ofício-SCR 53/91, esclarecendo que, em razão do excessivo movimento processual na única JCJ existente em Maceió e diante da expectativa de demora na criação e instalação de novas Juntas naquela cidade, a Presidência do TRT da 6ª Região, depois de ouvir o Exmº Sr. Ministro Corregedor Geral, à época Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, designou um Juiz Substituto para funcionar, concomitantemente com o Exmº Sr. Juiz Presidente daquela Junta, ambos instruindo e julgando o processo, com a finalidade de acelerar a prestação jurisdicional àquela comunidade. Aduz que essa situação, que se convencionou chamar de Junta Auxiliar ou Paralela, produziu excelentes resultados e deu o retorno de serviço que dela se esperava, com o julgamento de mais de 700 processos, apenas no seu primeiro ano de funcionamento e sem causar nenhum prejuízo aos jurisdicionados. Esclarece, por fim, que atualmente, com a instalação da 3ª JCJ de Maceió, esse sistema foi desativado, face ao desaparecimento dos motivos que o inspiraram. E o relatório.

#### DECISÃO

Conforme se vê pela inicial, o presente pedido é de apuração de responsabilidades pela criação, instalação e funcionamento de uma denominada Junta de Conciliação e Julgamento Paralela ou Auxiliar, que teria funcionado em Maceió no período de 1988 a 1990, e de nulidade de todos os atos por ela praticados.

Em primeiro lugar, aplicando-se a este pedido o prazo fixado pelo Art. 9º, do Regimento Interno desta Corregedoria, para a apresentação de reclamações objetivando corrigir erros ou abusos contra a boa ordem processual, que é de apenas 5 (cinco) dias, o mesmo estaria evidentemente intempestivo, pois os atos por ele atacados ocorreram de 1988 a 1990.

Mas, ainda que se questione a aplicação de tal prazo ao caso sub judice, pois não se trata, a rigor, de verdadeira reclamação correicional, o pedido perdeu, em parte, o seu objeto, pois, conforme informação dada pela Autoridade requerida, a instalação e funcionamento da referida Junta Paralela, que teria sido autorizada pelo então titular desta Corregedoria Geral, foi a título precário, para atender a uma situação de emergência, tendo o referido órgão sido desativado.

Finalmente, a pretensão do Requerente de ver anulados todos os atos praticados pela referida Junta Paralela não pode ser, dirigida a esta Corregedoria Geral, que não tem competência para anulá-los. O Requerente deve, pois, usar, em cada caso, do recurso cabível, alegando e pleiteando a nulidade de cada um desses atos, para que a matéria seja apreciada e decidida pelo órgão competente.

Por tudo o exposto, indefiro o pedido.

Notifiquem-se o Requerente e o Requerido da presente decisão, remetendo-se-lhes cópia da mesma.

Publique-se.

Brasília, 10 de fevereiro de 1992.

MINISTRO JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA  
Corregedor-Geral

## Superior Tribunal Militar

### Diretoria Judiciária

#### SEÇÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO RECURSO CRIMINAL Nº 6.018-8/SP

Recorrente: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 1ª Auditoria da 2ª CJM.

Recorrida: A Decisão da Exmª. Drª. Juíza-Auditora da 1ª Auditoria da 2ª CJM, de 07.01.92, que indeferiu o pedido do Recorrente para o arquivamento do IPD Nº 302/91, que figura como indiciado o Sd. Ex. EDUARDO DO MARTINS BONILHA FILHO.

Advogado: Dr. Ariosvaldo de Gois Costa Homem

#### DESPACHO

O presente Recurso Criminal foi interposto pelo representante do Ministério Público Militar, inconformado com o Despacho indeferitório do pedido de arquivamento dos autos em que figura como indiciado o Sd. Ex. EDUARDO MARTINS BONILHA FILHO.

Igualmente inconformado com o referido Despacho, o ilustre Advogado-de-Ofício interpôs o Habeas Corpus nº 32.821-1/SP pedindo a concessão da ordem para o trancamento da Ação Penal vez que o paciente EDUARDO MARTINS BONILHA FILHO, Sd. Ex. encontrava-se sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Juízo, já que inspecionado pela Junta Superior de Saúde, foi julgado "incapaz B-2", estando, pois isento do processo de acordo com o disposto no art. 457, § 2º do CPPM.

O "writ" em comento foi distribuído a este Relator e julgado em 06.02.90, cuja decisão é a seguinte:

"ACORDAM os Ministros do Superior Tribunal Militar, por unanimidade, em conhecer do pedido e conceder a ordem para que seja trancada a Ação Penal."

Perdido, pois, o objeto. Com fulcro no art. 18, inc. V do RI/STM não conheço do recurso por julgar prejudicado o pedido.

Superior Tribunal Militar, em 10 de fevereiro de 1992.  
(a.) Alte Esq JOSÉ DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO  
Ministro Relator".

### Secretaria do Tribunal Pleno

#### ATA DA 8ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

Aos seis dias do mês de fevereiro de hum mil novecentos e noventa e dois, às dezessete horas e dez minutos, em audiência pública, realizada no Gabinete da Presidência, na presença de LUIZ MALTA COELHO, Diretor da Diretoria Judiciária, de AMÉLIA OLIVEIRA DE ANDRADE CARVALHO, Supervisora da Seção de Processo Judiciário, de ERNESTO GUSTAVO SCHILD, Secretário-Geral da Presidência do STM, por S Exª o Gen Ex HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar, foram distribuídos, por sorteio os seguintes processos:

#### HABEAS CORPUS

32.823-8-DF - Paciente: WILLIAN COSTA TORRES, Conscrito, pede a concessão da ordem para que seja anulado o Termo de Insubmissão. Impetrante: Maj Ex Reinaldo Goular Correia - Resp p/ Cmdo do 1º R C Gd. RELATOR: Min Dr Antonio Carlos de Seixas Telles.

32.824-6-PA - Paciente: FRONTIN CUNHA, Conscrito, pede a concessão da ordem para que seja anulado o Termo de Insubmissão. Impetrante: Maj Ex Marco Artur da Silva Mack - Cmte da 5ª Cia de Guardas. RELATOR: Min Dr Eduardo Pires Gonçalves.

As dezessete horas e quinze minutos foi encerrada a distribuição.

OBSERVAÇÃO: Fica sem efeito a publicação da Ata da 8ª Audiência, de 04.02.92, constante do DJ nº 028, de 10.02.92, por ocorrência da anulação da referida Audiência.

SUELY MATTOS DE ALENCAR  
Secretária do Tribunal

### Pauta de Julgamentos

#### SEÇÃO DE ATAS

#### PAUTA Nº 008

- APELAÇÃO Nº 46.562-8 - Relator Ministro José do Cabo Teixeira de Carvalho. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Advª Drª Ângela Maria Amaral da Silva.

- PETIÇÃO Nº 430-7 - Relator Ministro José do Cabo Teixeira de Carvalho. Advs Drs Raul Chaves Filho e Celso Franco de Sá Santoro.

- APELAÇÃO Nº 46.566-9 - Relator Ministro George Belham da Motta. Revisor Ministro Aldo Fagundes. Advªs Drªs Eleonora Salles de Campos Borges e Clarice do Nascimento Costa.

- RECURSO CRIMINAL Nº 6.007-9 - Relator Ministro Antonio Carlos de Nogueira.

- EMBARGOS Nº 46.205-1 - Relator Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Revisor Ministro George Belham da Motta. Adv Dr Reinaldo Silva Coelho.

## Ministério Público da União

### Ministério Público do Trabalho

### Procuradoria Regional do Trabalho

### 2ª Região

Relação processual - relação de processos remetidos ao Tribunal da 2ª Região com pareceres  
Guia de remessa nº 007/92

#### RECURSO ORDINÁRIO

Proc:- 02900203206

Recorrente

Advogado

Recorrido

Advogado

Parecer 021/92 (REQUISITADO) (voltou 30.01.92)

Jorge Ferreira de Lima

Antonio Heiffig Junior

Rápido Zefir Junior Ltda

Waldomiro Arruda



AGRAVADO : JOSE FRANCISCO DOS SANTOS OLIVEIRA  
 ADVOGADO : Dr(a). HELIO CARVALHO SANTANA

PROCESSO : AI - 019055 / 90 - 7 . TRT DA 10a. REGIÃO

RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 AGRAVANTE : CELIO MENDES VIEIRA  
 ADVOGADO : Dr(a). JACQUES ALBERTO DE OLIVEIRA  
 AGRAVADO : BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A - BRADESCO  
 ADVOGADO : Dr(a). SOLANGE M. BRITO F. COUTINHO

PROCESSO : AI - 019459 / 90 - 7 . TRT DA 10a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 AGRAVANTE : MARIA CRISTINA PEIDRAS LOPES DE ALENCAR LIMA E OUTROS  
 ADVOGADO : Dr(a). ROBERTO CALDAS A. DE OLIVEIRA  
 AGRAVADO : CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ  
 ADVOGADO : Dr(a). AQUILES RODRIGUES DE OLIVEIRA

PROCESSO : AI - 020153 / 90 - 2 . TRT DA 10a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 AGRAVANTE : BANCO DO ESTADO DE GOIAS S/A - BEG  
 ADVOGADO : Dr(a). WALDEMAR FERREIRA  
 AGRAVADO : FRANCISCO FERREIRA MARQUES NETO

PROCESSO : AI - 040951 / 91 - 2 . TRT DA 2a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 AGRAVANTE : BANCO DE CREDITO REAL DE MINAS GERAIS S/A  
 ADVOGADO : Dr(a). JOSE VARGAS COSTA  
 AGRAVADO : SALVADOR MESSIAS DE ALMEIDA  
 ADVOGADO : Dr(a). VALDEMAR TOMAZELLA

PROCESSO : AI - 040959 / 91 - 1 . TRT DA 1a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 AGRAVANTE : NACIONAL INFORMATICA S/A  
 ADVOGADO : Dr(a). SELMA FONTES REIS AGUIAR  
 AGRAVADO : ELY RODRIGUES

PROCESSO : AI - 040966 / 91 - 2 . TRT DA 8a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 AGRAVANTE : ESTADO DO PARA  
 ADVOGADO : Dr(a). LOANA LIA GENTIL ULIANA  
 AGRAVADO : JOSE CARLOS DOS SANTOS MADEIRA E OUTROS  
 ADVOGADO : Dr(a). LENA CLAUDIA RIPARDO PAUXIS

PROCESSO : AI - 040973 / 91 - 3 . TRT DA 12a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 AGRAVANTE : BESC S/A - CREDITO IMOBILIARIO  
 ADVOGADO : Dr(a). WAGNER D. GIGLIO  
 AGRAVADO : CARLOS ALBERTO GALLO E OUTROS

PROCESSO : AI - 041055 / 91 - 2 . TRT DA 9a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 AGRAVANTE : FUNDACAO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA  
 ADVOGADO : Dr(a). CELSO JOAO DE ASSIS KOTZIAS  
 AGRAVADO : VALDEMAR DONEGA  
 ADVOGADO : Dr(a). WILSON NALDO GRUBE FILHO

PROCESSO : AI - 041062 / 91 - 4 . TRT DA 4a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 AGRAVANTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF  
 ADVOGADO : Dr(a). JOAO PEDRO SILVESTREIN  
 AGRAVADO : JOSSELIR ANTONIO DA SILVA

PROCESSO : RR - 041008 / 91 - 1 . TRT DA 2a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 RECORRENTE : JOAO ROBERTO D'AZEVEDO E OUTRO  
 ADVOGADO : Dr(a). ANTONIO LUCIANO TAMBELLI  
 RECORRIDO : LICEU DE ARTES E OFICIOS DE SAO PAULO  
 ADVOGADO : Dr(a). CARLOS FIGUEIREDO MOURAO

PROCESSO : RR - 041028 / 91 - 7 . TRT DA 4a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 RECORRENTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
 ADVOGADO : Dr(a). DIRCEU JOSE SEBBEN  
 RECORRIDOS : JOSE ADAIR DUTRA MARQUES E ORGANIZACAO DE LIMPEZA VITORIA LTDA  
 ADVOGADO : Dr(a). CLEUSA M. P. MARTINEZ E JOAO E. PESSUNA

PROCESSO : RR - 041048 / 91 - 4 . TRT DA 2a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 RECORRENTE : UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A E OUTRO  
 ADVOGADO : Dr(a). ARLETE CALDANA DE SOUZA  
 RECORRIDO : GERALDO RIBEIRO BARBOSA JUNIOR  
 ADVOGADO : Dr(a). DARCY DOS SANTOS PEIXOTO

PROCESSO : RR - 041102 / 91 - 2 . TRT DA 18a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 RECORRENTE : DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DE GOIAS - DETRAN  
 ADVOGADO : Dr(a). NICODEMOS EURIPEDES DE MORAIS  
 RECORRIDO : ANA APARECIDA GUIMARAES E OUTROS  
 ADVOGADO : Dr(a). ARNALDO SANTANA

PROCESSO : RR - 041120 / 91 - 4 . TRT DA 9a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 RECORRENTE : INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA - IPPUC  
 ADVOGADO : Dr(a). MARIA ELOISA SILVERIO  
 RECORRIDO : MARIA AYUKO SAKAMOTO  
 ADVOGADO : Dr(a). CLAUDIO ANTONIO RIBEIRO

PROCESSO : RR - 041147 / 91 - 1 . TRT DA 9a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 RECORRENTE : S.G.S. DO BRASIL S/A  
 ADVOGADO : Dr(a). JACKSON SPONHOLZ  
 RECORRIDO : ANTONIO RENATO DIAS ALVES  
 ADVOGADO : Dr(a). NESTOR APARECIDO MALVEZZI

PROCESSO : RR - 041206 / 91 - 7 . TRT DA 1a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 RECORRENTE : CIA ELETRONICA CELMA  
 ADVOGADO : Dr(a). ISMAR BRITO ALENCAR  
 RECORRIDO : CARLOS EDUARDO PESSANHA COUTO E OUTROS  
 ADVOGADO : Dr(a). ALINO DA COSTA MONTEIRO

PROCESSO : RR - 041262 / 91 - 6 . TRT DA 3a. REGIÃO

RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 RECORRENTE : PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTICA DO TRABALHO DA 3 REGIAO  
 ADVOGADO : Dr(a). ANTONIO CARLOS PENZIN FILHO  
 RECORRIDOS : PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA E JOSE CARMO DE MIRANDA  
 ADVOGADO : Dr(a). ARLELIO DE CARVALHO LAGE

PROCESSO : RR - 041318 / 91 - 0 . TRT DA 3a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL

RECORRENTE : JOSE FERNANDES DOS SANTOS  
 ADVOGADO : Dr(a). JULIO JOSE DE MOURA  
 RECORRIDO : POHILG HECKEL DO BRASIL S/A - INDUSTRIA E COMERCIO E OUTRA  
 ADVOGADO : Dr(a). ARGEMIRO MIRANDA DA SILVEIRA

PROCESSO : RR - 041343 / 91 - 2 . TRT DA 15a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 RECORRENTE : BANCO DO BRASIL S/A  
 ADVOGADO : Dr(a). JOSE CARMELO DA SILVA FILHO  
 RECORRIDO : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE ASSIS  
 ADVOGADO : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES

PROCESSO : RR - 041360 / 91 - 7 . TRT DA 8a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 RECORRENTE : JOSE EMMANUEL DE CARVALHO MESQUITA  
 ADVOGADO : Dr(a). ULISSES RIEDEL DE RESENDE  
 RECORRIDO : EMPRESA DE NAVEGACAO DA AMAZONIA S/A - ENASA  
 ADVOGADO : Dr(a). FRANCISCO DE ASSIS C RODRIGUES

PROCESSO : RR - 041378 / 91 - 9 . TRT DA 9a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 RECORRENTE : FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA  
 ADVOGADO : Dr(a). JANE MARIA FAYAD  
 RECORRIDO : NELIO DA SILVA E OUTROS  
 ADVOGADO : Dr(a). ALBERTO DE PAULA MACHADO

PROCESSO : RR - 041436 / 91 - 6 . TRT DA 3a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 RECORRENTE : PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3 REGIAO  
 ADVOGADO : Dr(a). ANTONIO CARLOS PENZIN FILHO  
 RECORRIDOS : JOAO ANTONIO DE CASTRO E OUTROS E PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGPENDI  
 ADVOGADO : Dr(a). GELSON R. PINTO E DANILO G. MOREIRA

PROCESSO : RR - 041457 / 91 - 0 . TRT DA 2a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 RECORRENTE : JOANA CARDOSO DOS SANTOS  
 ADVOGADO : Dr(a). FRANCISCO A MONTENEGRO CASTELO  
 RECORRIDO : IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO PAULO  
 ADVOGADO : Dr(a). EDISON FERREIRA DA SILVA

PROCESSO : RR - 041481 / 91 - 6 . TRT DA 5a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 RECORRENTE : ALDA ARAUJO XAVIER  
 ADVOGADO : Dr(a). ARY CLAUDIO CYRNE LOPES  
 RECORRIDO : LANAT - RESTAURANTE E TURISMO LTDA

PROCESSO : RR - 041502 / 91 - 3 . TRT DA 2a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 RECORRENTE : FIACAO PESSINA S/A  
 ADVOGADO : Dr(a). DURVAL EMILIO CAVALLARI  
 RECORRIDO : ANTONIO RAIMUNDO CAVALCANTE CARVALHO  
 ADVOGADO : Dr(a). ANTONIO MARCIO BACHEGA

PROCESSO : RR - 041601 / 91 - 1 . TRT DA 9a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 RECORRENTE : ITAU SEGUROS S/A E BANCO ITAU S/A  
 ADVOGADO : Dr(a). EDWARD MANDARINO

RECORRIDO : FRANCISCO CALDEIRON FILHO  
 ADVOGADO : Dr(a). MARIA ZELIA DE O. E OLIVEIRA

PROCESSO : RR - 041623 / 91 - 1 . TRT DA 9a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 RECORRENTE : ADMINISTRACAO DOS PORTOS DO PARANAGUA E ANTONINA  
 ADVOGADO : Dr(a). LAMARTINE BRAGA C. FILHO  
 RECORRIDO : DEODATO GOMES  
 ADVOGADO : Dr(a). JOAO CARLOS GELASKO

PROCESSO : RR - 041643 / 91 - 8 . TRT DA 1a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 RECORRENTE : REDEBRAS METALURGICA LTDA  
 ADVOGADO : Dr(a). DELFIM S. TEIXEIRA  
 RECORRIDO : DELSIO GONCALVES SIMONET  
 ADVOGADO : Dr(a). ALINO DA COSTA MONTEIRO

PROCESSO : RR - 041689 / 91 - 4 . TRT DA 12a. REGIÃO  
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL  
 RECORRENTE : CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S/A - CELESC  
 ADVOGADO : Dr(a). MAURI DIRCEU DE ARAUJO GOMES  
 RECORRIDO : ARTUR TALLMANN  
 ADVOGADO : Dr(a). MARCIA MARLY DELLING GRAHL

Brasília, 12 de Fevereiro de 1992  
 MARCIO ANTERO DE CARVALHO  
 Diretor da Secretaria

### Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho

PP-41.550/91.4

Requerente: ESCRITÓRIO JURÍDICO CARLOS BEZERRA CALHEIROS.  
 Requerido: EXMª SR. PRESIDENTE DO T.R.T. DA 6ª REGIÃO.

O ESCRITÓRIO JURÍDICO CARLOS BEZERRA CALHEIROS pede providências contra o Exmª Sr. Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, para apurar a responsabilidade pela criação, instalação e funcionamento, no período de 1988 a 1990, da denominada 1ª Junta de Conciliação e Julgamento Paralela ou Auxiliar de Maceió, AL. Alega que tal órgão funcionava em sala de audiência da 2ª JCJ de Ma-